CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

ANA LUIZA DE QUEIROZ BRITO

ESTILOS DE VIDA À LUZ DA LOGOTERAPIA E DA ANÁLISE EXISTENCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE “O CONTO DA AIA” E A ORDEM DAS CLARISSAS

SUMÉ - PB
2026

ANA LUIZA DE QUEIROZ BRITO

ESTILOS DE VIDA À LUZ DA LOGOTERAPIA E DA ANÁLISE EXISTENCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE "O CONTO DA AIA" E A ORDEM DAS CLARISSAS

Monografia apresentada ao curso Superior de Psicologia da UNICIR – Faculdade do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

Orientadora: Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.

SUMÉ - PB
2026

B862e Brito, Ana Luiza de Queiroz.
Estilos de vida à luz da logoterapia e da análise existencial: um estudo comparativo entre “o conto da aia” e a ordem das Clarissas. / Ana Luiza de Queiroz Brito. - 2026.

36 f.

Orientadora: Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.
Monografia – UNICIR - Faculdade do Cariri; Curso de Psicologia.

1. Estilo de vida. 2. Existencialismo 3. Liberdade. 4. Logoterapia. 5. Organizações confessionais. 6. I. Ramos, Jocilda de Azevêdo Rodrigues e. II. Título.

CDU: 159.92

ANA LUIZA DE QUEIROZ BRITO

ESTILOS DE VIDA À LUZ DA LOGOTERAPIA E DA ANÁLISE EXISTENCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE "O CONTO DA AIA" E A ORDEM DAS CLARISSAS

Monografia apresentada ao curso Superior de Psicologia da UNICIR – Faculdade do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.
Orientadora - Unicir – Faculdade do Cariri

Professor Esp. Luiz Ricardo Vasconcelos de Mendonça.
Examinadora Interna - Unicir – Faculdade do Cariri

Professora Ma. Elaine Milena Alves Genuíno.
Examinadora Interna - Unicir – Faculdade do Cariri

Trabalho Aprovado em: 08 de junho de 2026.

SUMÉ - PB

Parafraseando Viktor Emil Frankl, “o navegante zarpa do porto e se adentra no mar aberto, olha sempre para trás e se orienta pelo farol”. Trazendo esse conceito para a minha vida, dedico esse trabalho aos meus pais Maria Elizabete de Queiroz Brito (*in memorian*) e Miguel Luciano Rodrigues de Brito, que apesar de não terem tido a oportunidade de estudar, me ensinaram com todos os valores que carrego, mais do que pude compreender e agradecer, não existem dúvidas que eles são o farol da minha vida. Quando me perco em mar aberto, percebo que a luz desse farol mesmo que não chegue até os meus olhos, de longe, ainda serei orientada. Por fim, dedico meus escritos aos meus irmãos e ao meu marido, pelas horas consumidas ao longo desses anos que deveriam ter sido nossas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o fim deste trabalho a Jesus e Nossa Senhora da Conceição, acredito piamente que a graça de Deus me fez chegar até aqui, sem eles eu não conseguiria ter completado essa etapa tão significante. De fato, é uma vitória vencer a si mesmo onde apesar do cansaço ainda ofertarei o melhor que eu puder aos meus pacientes, as minhas amigas, meus professores, aos meus familiares, ao meu marido. A religiosidade sempre foi muito presente na minha vida, esse é um dos tesouros que descobri junto da minha família, a fé ocupa uma espécie de coluna na minha jornada, me sustentando.

Agradeço a minha família, por sempre se prontificarem, sem esforços sempre me ofereceram sorrisos e amor em tantos momentos de silêncio, mesmo que eles não saibam. Os meus irmãos Rodrigo Brito, Beatriz Queiroz, Gabriel Brito foram centelha de esperança. Deixo registrado, meus pais trouxeram sentido à minha existência, obrigada Mainha e Painho por terem feito mais do que eu conseguisse compreender quando criança, por me ensinaram a escutar para depois falar.

Agradeço ao meu marido Carlos, que é minha companhia, meu manual de descomplicações, o sorriso com facilidade, que me faz racionalizar, celebrar, ser eu mesma, ele me deu o título de mãe há anos atrás, talvez o mais bonito que já recebi, que possamos envelhecer e conquistar os nossos sonhos, sempre juntos.

Agradeço imensamente a Jocilda Azevedo, minha orientadora, professora, amiga, me acompanha a mais de cinco anos, me deu inúmeros ensinamentos, ela é a vida me acordando para a realidade! Obrigada por me escutar sempre que eu pedia ajuda, você me fez crescer. Aos professores Elaine Genuíno e Luiz Vasconcelos, posso dizer sem reservas que vocês me trazem olhos de esperança. Agradeço ao meu antigo (e eterno) preceptor Divanício Pessoa, jamais me esquecerei da sua gentileza em me ajudar, me recordar que quando demonstramos interesse e persistência somos ajudados.

Agradeço as minhas amigas de turma Clara Costa, Ionara Araújo, Ingrid Santos, Katiussia Rafael e Paloma Lisboa que diariamente em muitos momentos de cansaço nas aulas, pudemos sentir prazer em estarmos juntas, em uma conversa, dividirmos uma refeição, até mesmo planejarmos o dia em que seríamos todas psicólogas. Que benção termos conseguido.

Agradeço e reafirmo que sem amigos, essa etapa não teria sido concluída, que Deus me faça retribuir. Obrigada a minha amiga e psicóloga Nadja Formiga, ela foi minha primeira inspiração para que eu conhecesse o mundo da psicologia, que grandiosidade foi conhecê-la. Também, o meu muito obrigada aos meus amigos do trabalho, que em muitas manhãs me mantiveram acordada, quando a correria parecia não ter fim.

“Tudo pode ser retirado de uma pessoa, exceto uma coisa: a liberdade de escolher sua atitude em qualquer circunstância da vida”

- Viktor Frankl

RESUMO

A busca pelo sentido da vida constitui uma das questões centrais da existência humana e pode ser compreendida de diferentes maneiras conforme os contextos sociais, culturais e históricos. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar, à luz da Logoterapia e da Análise Existencial de Viktor Frankl, os estilos de vida femininos presentes na obra “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood, e na Ordem das Clarissas. Busca-se compreender como os conceitos de liberdade, responsabilidade, sofrimento e sentido da vida são vivenciados em uma realidade marcada pela opressão imposta e em outra caracterizada pela renúncia religiosa voluntária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, fundamentada também no conceito de instituição total de Erving Goffman. A análise evidencia que, embora ambos os contextos apresentem normas rigorosas e restrições à individualidade, diferenciam-se significativamente quanto à possibilidade de escolha e à construção de sentido existencial. Conclui-se que, sob a perspectiva frankliana, a liberdade interior e a atribuição de significado às experiências constituem elementos fundamentais para a realização humana, mesmo diante de condições de sofrimento ou limitação. Espera-se que este estudo contribua para as reflexões da Psicologia acerca das escolhas existenciais e da busca de sentido em diferentes realidades humanas.

Palavras-chave: estilo de vida; existencialismo; liberdade; logoterapia; organizações confessionais.

ABSTRACT

The search for meaning in life constitutes one of the central questions of human existence and can be understood in different ways according to social, cultural, and historical contexts. In this sense, this study aims to analyze, in the light of Viktor Frankl's Logotherapy and Existential Analysis, the female lifestyles portrayed in *The Handmaid's Tale*, by Margaret Atwood, and in the Order of the Poor Clares. The research seeks to understand how the concepts of freedom, responsibility, suffering, and meaning in life are experienced in two distinct realities: one marked by imposed oppression and another characterized by voluntary religious renunciation. This is a qualitative, bibliographic, and interpretative study, also grounded in Erving Goffman's concept of total institutions. The analysis shows that, although both contexts involve strict norms and restrictions on individuality, they differ significantly regarding the possibility of choice and the construction of existential meaning. It is concluded that, from a Franklian perspective, inner freedom and the attribution of meaning to experiences are fundamental elements for human fulfillment, even in situations of suffering or limitation. It is expected that this study will contribute to psychological reflections on existential choices and the search for meaning in different human realities.

Keywords: existentialism; faith-based organizations; freedom; logotherapy; life style.

;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11

2 FUNDAMENTOS DA LOGOTERAPIA E DA ANÁLISE EXISTENCIAL: SENTIDOS, LIBERDADE E RESPONSABILIDADE..... 14

3 INSTITUIÇÕES TOTAIS E MORTIFICAÇÃO DO EU: CONTROLE, PADRONIZAÇÃO E SUBJETIVIDADE..... 19

4 A ORDEM DAS CLARISSAS: HISTÓRIA, REGRAS E ESTILO DE VIDA.... 22

5 “O CONTO DA AIA”: SOCIEDADE TOTALITÁRIA E SUBMISSÃO FEMININA..... 25

6 ESTILOS DE VIDA À LUZ DA LOGOTERAPIA E DA ANÁLISE EXISTENCIAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE “O CONTO DA AIA” E A ORDEM DAS CLARISSAS..... 28

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 32

REFERÊNCIAS..... 34

1 INTRODUÇÃO

A busca pelo sentido da vida constitui uma das questões centrais da existência humana e atravessa diferentes contextos históricos, sociais, culturais e subjetivos. Em meio a cenários marcados por crises de valores, restrições à liberdade e transformações nos modos de viver, torna-se fundamental refletir sobre como os indivíduos constroem significados existenciais, especialmente quando submetidos a condições de limitação, sofrimento ou renúncia. Nesse sentido, a Logoterapia e a Análise Existencial, teorias desenvolvidas por Viktor Frankl, oferecem um referencial teórico consistente ao compreender o ser humano como um ser biopsicossocial e espiritual, na sua totalidade, orientado primordialmente pela vontade de sentido do sujeito (Lima Neto, 2013).

Por partirem do mesmo pressuposto, a Logoterapia e a Análise Existencial, entendem que, mesmo diante das circunstâncias mais adversas, o indivíduo mantém a liberdade de posicionar-se frente à realidade, assumindo atitudes que podem conferir sentido à própria vida. Frankl (2008), afirma que o sofrimento inevitável, quando acolhido de maneira responsável, pode transformar-se em possibilidade de crescimento existencial, desde que o sujeito encontre um “para quê” viver. Assim, conceitos como liberdade de vontade, responsabilidade, valores de criação, vivência e atitude, além das noções de autotranscendência e autodistanciamento, tornam-se fundamentais para compreender diferentes estilos de vida e escolhas existenciais (Santos, 2016).

Nesse contexto, o presente estudo propõe uma análise comparativa entre dois cenários aparentemente semelhantes quanto à restrição, mas profundamente distintos no que se refere à experiência da liberdade e à construção de sentido para a vida: o universo ficcional de “O Conto da Aia” (1985), de Margaret Atwood – onde as mulheres são submetidas a um regime totalitário, no qual seus corpos são instrumentalizados - e a realidade histórico-religiosa da Ordem das Clarissas, uma das mais antigas ordens da Igreja Católica, cujas integrantes professam votos solenes de pobreza, castidade e obediência, dedicando suas vidas ao serviço de Deus e à vivência sob uma regra específica.

A aproximação entre esses dois modos de vida possibilita problematizar a distinção entre a limitação imposta e a renúncia escolhida, evidenciando que a liberdade existencial não se esgota na ausência de restrições externas, mas se

expressa, sobretudo, na forma como o sujeito se posiciona diante das circunstâncias que o atravessam. Para aprofundar essa análise, recorre-se ainda ao conceito de instituições totais, conforme proposto por Erving Goffman (2001), o qual contribui para compreender os processos de padronização, controle e “mortificação do eu” presentes tanto em regimes totalitários quanto em contextos de clausura, ainda que marcados por sentidos subjetivos distintos. Desta forma, no decorrer deste trabalho objetivamos responder o seguinte problema de pesquisa: como sujeitos em condições extremas de confinamento (seja ele imposto ou voluntário) operam a sua liberdade interior para construir sentido, e de que forma a Logoterapia explica essa divergência?

Do ponto de vista metodológico, este estudo se caracteriza como qualitativo, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentado em análise bibliográfica. O corpus principal é composto pela obra literária “O Conto da Aia”, por produções históricas e documentais relacionadas à Ordem das Clarissas e pelos referenciais teóricos da Logoterapia e da Análise Existencial. O tratamento do corpus foi realizado por meio de leitura sistemática e crítica, articulando duas perspectivas metodológicas complementares: a análise de conteúdo (Bardin, 2016), a partir da qual foram identificadas categorias temáticas vinculadas aos conceitos franklianas de sentido da vida, liberdade, responsabilidade e transcendência; e a hermenêutica filosófica de Paul Ricoeur (1994), que orientou a interpretação dos textos em sua dimensão simbólica e narrativa, permitindo compreender como cada contexto analisado produz e comunica sentido.

A articulação entre essas duas abordagens justifica-se pela natureza do objeto de estudo: enquanto a análise de conteúdo oferece sistematicidade na identificação de categorias, a hermenêutica ricoeuriana aprofunda a compreensão dos significados subjacentes aos discursos, especialmente no que diz respeito à experiência vivida, à identidade narrativa e à relação entre texto e existência. A abordagem qualitativa, por sua vez, justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade os sentidos atribuídos aos estilos de vida retratados em cada contexto, considerando suas dimensões subjetivas, existenciais e socioculturais.

Tendo isso em vista, o objetivo principal deste trabalho é analisar, à luz da Logoterapia e da Análise Existencial de Viktor Frankl, os estilos de vida femininos presentes em “O Conto da Aia*”* e na Ordem das Clarissas, buscando compreender de que modo cada contexto expressa diferentes formas de vivenciar o sentido da vida, a liberdade, a responsabilidade e a transcendência. Para dar conta desse objetivo, o

trabalho foi organizado em seis partes. Inicialmente, apresenta-se o arcabouço teórico da Logoterapia e da Análise Existencial e, em seguida, discute-se o conceito de instituições totais e as práticas contemporâneas de mortificação do eu. A terceira parte dedica-se à contextualização histórica da Ordem das Clarissas, enquanto a quarta traz uma explanação sobre a obra de Atwood. Na quinta parte, desenvolve-se a análise comparativa entre os dois modos de vida. Por fim, a sexta parte reúne a discussão geral e as considerações finais.

Espera-se que esta investigação contribua para a ampliação das reflexões no campo da Psicologia acerca das escolhas existenciais, do sofrimento humano e da construção de sentido em contextos extremos, ressaltando a relevância da Logoterapia como instrumento teórico-clínico para a compreensão da condição humana contemporânea.

2 FUNDAMENTOS DA LOGOTERAPIA E DA ANÁLISE EXISTENCIAL: SENTIDOS, LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

A Logoterapia e a Análise Existencial são abordagens pertencentes à escola de psicoterapia humanista, cujo objetivo central é compreender o indivíduo a partir de sua subjetividade e de sua experiência vivida, sem recorrer a interpretações prévias. Originadas no século XX, em Viena, ambas as abordagens têm como alicerce a fenomenologia e a filosofia existencial. A Logoterapia pode ser entendida como um método psicoterápico que reconhece o sentido atribuído a cada situação vivida de forma imediata e singular. Já a Análise Existencial fundamenta essa experiência ao compreender que tal sentido não pode ser simplesmente recebido de forma passiva, mas deve ser alcançado por meio de vivências concretas, o que confere ao ser humano uma dimensão existencial própria e insubstituível (Lima Neto, 2013).

Preso durante o regime nazista no campo de concentração de Auschwitz, Viktor Emil Frankl (1905-1997) descreveu as vivências pessoais no campo de concentração, tanto as que experimentou diretamente quanto aquelas que observou, originando, posteriormente, a Logoterapia e a Análise existencial. Entre seus principais conceitos, destaca-se a tríade noética, composta pela liberdade de vontade, vontade de sentido e sentido da vida. Segundo Frankl, o ser humano possui a capacidade de escolher sua atitude diante das circunstâncias, mesmo nas situações mais adversas. Nesse sentido, a busca por um propósito se torna a principal motivação da existência, auxiliando o indivíduo a enfrentar o sofrimento e as dificuldades da vida (Frankl, 2008).

De acordo com Júnior e Mahfoud (2001), a Logoterapia e a Análise Existencial compreendem que tanto os seres humanos quanto os animais possuem dimensões biológicas, sociais e psicológicas. No entanto, o que diferencia o ser humano é a presença de uma dimensão propriamente espiritual, que constitui o núcleo de sua existência. Nesse sentido, a dimensão noética ou dimensão espiritual assume um lugar central, sendo compreendida como a mais elevada entre as dimensões, por integrar e dar unidade à totalidade do ser humano, uma vez que pode ser compreendida como a dimensão da liberdade e da responsabilidade presentes em nossas vivências.

Entretanto, cabe destacar que essa responsabilidade não assume um caráter moralista — no qual o sujeito seria simplesmente obrigado a agir —, mas se expressa na capacidade de escolha diante de uma resposta a ser dada, integrando, portanto, a

liberdade de se posicionar frente a quaisquer circunstâncias. Nesse sentido, o ser humano não pode ser reduzido a fatores meramente biológicos, sociais ou psicológicos, pois dispõe também da liberdade de assumir uma posição, seja em situações cotidianas ou excepcionais (Júnior; Mahfoud, 2001). Assim, a compreensão da dimensão noética como elemento central da existência humana conduz à análise dos componentes que a constituem: a liberdade de vontade, a vontade de sentido e o sentido da vida.

Na logoterapia, a liberdade figura entre as características que distinguem o ser humano dos demais seres. Frankl denomina de pandeterminismo a concepção que reduz o sujeito a mero produto de suas circunstâncias, e se opõe a essa visão ao argumentar que, mesmo diante de condicionantes biopsicossociais — como enfermidades, experiências da infância ou predisposições genéticas —, o indivíduo mantém a capacidade de se posicionar perante elas. Essa possibilidade de escolha frente às adversidades é o que ele designa como liberdade da vontade – ou liberdade de escolha -, sempre acompanhada de responsabilidade, uma vez que as decisões tomadas expressam a autenticidade do sujeito e revelam o modo pelo qual ele opta por conduzir a própria existência. A responsabilidade, nesse contexto, pode ser entendida como a capacidade humana de responder à vida, assumindo as escolhas feitas e suas consequências. Juntas, liberdade e responsabilidade constituem o núcleo noético do sujeito — sua dimensão espiritual (Frankl, 2011).

A vontade de sentido, por sua vez, representa a busca contínua por um significado para a existência e opera como força motivadora na construção de propósitos. Nesse processo, o sofrimento pode impulsionar o sujeito do "ser" em direção ao "dever-ser", configurando o que Frankl denomina de noodinâmica — a tensão produtiva que torna possíveis o crescimento pessoal e a ressignificação da experiência vivida. É justamente nas situações de maior adversidade que o indivíduo se vê impelido a se reinventar e a atribuir sentido ao que atravessa, sem que a presença de uma patologia seja condição necessária para que esse movimento ocorra. A ausência de conflitos, aliás, pode dificultar a descoberta de propósitos, na medida em que o sofrimento é compreendido como dimensão inerente à condição humana (Frankl, 2008).

Quando essa vontade de sentido se encontra frustrada, instala-se no indivíduo uma sensação de futilidade e esvaziamento de propósito — o que a Logoterapia e a Análise Existencial denominam de vácuo existencial. Esse vazio interior tende a se

manifestar de formas variadas: preocupação excessiva, apatia, agressividade, vícios — sejam de ordem sexual, financeira ou relacionados ao consumo de substâncias -, consumismo e outras tentativas de preenchimento externo daquilo que não se encontra internamente. Considerando, ainda, a singularidade de cada sujeito, cada situação produz impactos particulares, o que implica reconhecer que as demandas de ordem patológica não seguem um padrão uniforme (Santos, 2016).

Por fim, o sentido da vida refere-se ao significado atribuído pelo indivíduo à sua própria existência, podendo variar de pessoa para pessoa, modificar-se ao longo do tempo e depender das circunstâncias vivenciadas e dos impactos sofridos. Trata-se, portanto, de uma construção singular e particular. De acordo com Viktor Frankl (2011), a realização do sentido ocorre por meio de três vias principais: os valores de criação, relacionados às ações e produções do indivíduo; os valores de experiência, vinculados aos encontros e vivências significativas; e os valores de atitude, que dizem respeito à postura adotada diante do sofrimento inevitável da vida.

Em continuidade à compreensão de que o sentido da vida se realiza por meio de valores e experiências singulares, entende-se que o sujeito não está voltado apenas para si mesmo. Ao contrário, ao transcender ele se abre ao mundo e a possibilidades de sentido. Os valores de criação, vivenciais e atitudinais constituem caminhos que orientam o indivíduo na busca de sentido, indicando possibilidades de escolha ao longo da vida. Quando o sujeito possui clareza e consciência desses valores, eles passam a atuar como guia e fonte de motivação para suas ações, favorecendo sentimentos de realização pessoal e satisfação. Nesse contexto, tais valores são expressados em ações voltadas ao outro, em afeto, bem como em atitudes pautadas na responsabilidade, especialmente diante do sofrimento inevitável, ao qual o indivíduo é chamado a atribuir sentido (Mêlo; Menezes; Vieira, 2025).

Além disso, Frankl afirma que no autodistanciamento podemos compreender que o sujeito não é voltado a si mesmo, mas transcendendo ele pode considerar que isso o abre ao mundo, tantas possibilidades. Assim sendo, quanto mais o indivíduo se afasta de uma postura autocentrada e se dedica a uma causa ou a outra pessoa, mais se realiza enquanto humano, na medida em que encontra significado na doação e no compromisso com algo que o transcende (Frankl, 2008).

Para Frankl, a autotranscendência pode ser compreendida como expressão de consciência e amor, na medida em que possibilita ao indivíduo enxergar o outro em sua essência, com clareza e profundidade, reconhecendo não apenas seus aspectos

concretos, mas também suas potencialidades e favorecendo seu desenvolvimento. Além disso, refere-se à capacidade de distanciar-se de si mesmo, de modo que, independentemente das circunstâncias vivenciadas, o sujeito mantém a possibilidade de escolha. Tal condição expressa sua autenticidade, uma vez que os acontecimentos não se configuram como limitações absolutas, mas como situações às quais o indivíduo responde. Nesse sentido, o ser humano é constantemente convocado a refletir, escolher e agir diante da própria existência (Santos, 2016).

Analogamente ao destino, o sofrimento constitui uma dimensão inerente a existência humana. Nessa perspectiva, se a vida possui um sentido, o sofrimento também pode ser compreendido como portador de significado. Para Frankl, a forma como o indivíduo enfrenta o sofrimento, como ele o conduz, possibilita a construção de um “porquê”, atribuindo um valor singular e promovendo uma transformação interior. Assim, o sofrimento pode assumir um caráter de crescimento e ressignificação, favorecendo fortalecimento subjetivo. Nesse sentido, aproxima-se da noção de resiliência, entendida como a capacidade de adaptação diante das adversidades, permitindo ao sujeito restaurar e encontrar novos sentidos mesmo em situações difíceis (Moreira; Holanda, 2010).

Associado à busca de sentido, Frankl desenvolve o conceito de vazio existencial, compreendido como a ausência de significado na vida. Esse estado se manifesta como um profundo sentimento de inutilidade, acompanhado de tristeza e angústia, diante do qual o indivíduo passa a perceber sua própria existência como desprovida de propósito. Tal condição pode ser entendida como resultado da perda dos impulsos primários que orientam o comportamento humano, somada ao enfraquecimento da influência das tradições sobre as ações do sujeito. Privado dessas referências, o indivíduo tende a perder progressivamente sua autonomia e sua identidade, passando a agir de forma conformada e limitando-se a reproduzir aquilo que lhe é externamente esperado (Fonseca et al., 2024).

Por fim, no horizonte da compreensão do vazio existencial e da necessidade de sentido, ganha relevo o conceito de noodinâmica que, mais do que a simples busca por significado, diz respeito à tensão dinâmica que impulsiona o indivíduo para além de si mesmo, articulando-o com a realidade concreta em que está inserido e com os valores que orientam sua existência. Tal perspectiva evidencia que o ser humano somente pode ser compreendido em sua totalidade, como unidade constituída por diferentes dimensões que se integram na configuração de sua identidade enquanto

pessoa. Assim, a noodinâmica expressa a força que mobiliza o indivíduo na construção de sentido, mesmo diante das contradições e dos desafios inerentes à existência (Oliveira; Viana, 2024).

3 INSTITUIÇÕES TOTAIS E MORTIFICAÇÃO DO EU: CONTROLE, PADRONIZAÇÃO E SUBJETIVIDADE

Em “Manicômios, conventos e prisões”, Erving Goffman apresenta o conceito de instituições totais para designar organizações que estruturam e regulam a vida dos indivíduos em múltiplas dimensões. Tratam-se de espaços fechados, nos quais atividades como descanso, lazer e trabalho ocorrem sob supervisão constante e orientação de uma equipe responsável pela condução do cotidiano. Nesse contexto, o autor evidencia que, além da padronização de diversos aspectos da vida, há um progressivo afastamento do mundo externo, fazendo com que os internos, por períodos determinados ou não, passem a viver sob administração de terceiros, com restritas possibilidades de interação social (Goffman, 2001).

Em sua obra, Goffman (2001) propõe uma classificação dessas instituições totais em 5 tipos, de acordo com suas finalidades e com o perfil das pessoas que nela se inserem, as quais poderiam ser: a) voltadas ao cuidado de indivíduos considerados incapazes e inofensivos, como os asilos; b) destinadas a pessoas que, ainda que não intencionalmente, representam algum tipo de risco à sociedade, como os antigos leprosários e hospitais psiquiátricos; c) abrigo para indivíduos que cometeram atos perigosos de forma deliberada, como as prisões; d) organizadas para a realização de atividades de caráter produtivo, como complexos coloniais e campos de trabalho e, e) instituições voltadas ao afastamento do mundo com fins de formação espiritual ou religiosa, como mosteiros e conventos – tais como o Convento da Ordem das Clarissas, que configura-se como uma peça central nas reflexões deste trabalho.

De forma mais específica, as instituições voltadas ao afastamento do mundo com fins de formação espiritual, configuram-se como ambientes altamente estruturados, que impactam profundamente a construção dos modos de vida dos sujeitos, uma vez que se caracterizam, de forma geral, por uma disciplina rigorosa, rotinas previamente estabelecidas, uniformização dos comportamentos e pela submissão a uma autoridade e consequente limitação da autonomia individual. Assim, compreendemos que, ainda que o ingresso em um convento, em geral, ocorra de forma voluntária e esteja associado a motivações existenciais ou espirituais, tal escolha não exclui a presença de elementos característicos de uma instituição total, como a padronização das condutas, a vigilância cotidiana e a limitação da autonomia individual (Ribeiro; Almeida, 2020).

Em consonância com os conceitos apresentados por Goffman, Michel Foucault (1979) analisa essas instituições como dispositivos de poder e disciplina, nos quais o corpo e a subjetividade são moldados por normas, vigilância e mecanismos de controle. Todavia, ainda que estruturados a partir de regras rígidas, os conventos podem adquirir uma dimensão de sentido quando orientados por uma escolha vocacional e por um propósito que transcende a obediência às normas. Se ambientes autoritários tendem a restringir a liberdade externa, a perspectiva logoterapêutica recorda que o indivíduo preserva a liberdade interior de atribuir significado à própria existência, mesmo em condições adversas. Desse modo, a aproximação entre esses espaços convida à reflexão sobre como o sentido da vida pode ser cerceado, imposto ou livremente assumido, a depender das condições existenciais e da postura do sujeito diante delas (Ferreirinha; Raitz, 2010).

É importante destacar que a passividade dos indivíduos que participam dos conventos é frequentemente interpretada como uma forma de consentimento, aspecto fundamental para a manutenção dessa dinâmica institucional. As atividades de lazer, descanso e trabalho são realizadas coletivamente por um grande número de pessoas submetidas às mesmas condições, seguindo horários previamente estabelecidos e normas que devem ser rigorosamente cumpridas para garantir o funcionamento da instituição. Dessa forma, todas as atividades desenvolvidas contribuem para os objetivos relacionados à permanência do indivíduo nesse ambiente. Todo esse processo ocorre sob constante supervisão e orientação do grupo responsável pela direção e administração da instituição (Goffman, 2001).

Associado ao conceito de “instituições totais”, Goffman (2001) também nos apresenta o conceito de "mortificação do eu”, que se refere a uma ruptura nas relações sociais do indivíduo. Ao ingressar na instituição, o sujeito é afastado de seus papéis sociais anteriormente exercidos na vida civil e passa a ser direcionado a funções padronizadas, sem que suas próprias perspectivas de vida sejam consideradas no cotidiano institucional. Nesse processo, há ainda a restrição de contatos familiares, visitas externas, vínculos com conhecidos e saídas da instituição (Benelli, 2014).

Ainda tomando como referência as contribuições de Goffman (2001), no âmbito das instituições totais há uma espécie de “reorganização do eu". Isso significa que, ao ser submetido a discursos e práticas que promovem a “mortificação do eu”, o sujeito passa a receber orientações sobre como deve se comportar nesse novo contexto. Tais

orientações envolvem tanto prescrições quanto proibições de caráter formal, que definem o padrão institucional e estabelecem a rotina do recém-internado. Nesse processo, também se delineiam possíveis privilégios, concedidos à medida que o indivíduo demonstra obediência e passividade diante das autoridades, assim como punições aplicadas em casos de desobediência ou resistência às regras de funcionamento.

Dessa forma, nas comunidades religiosas, evidencia-se a presença de uma submissão institucional que valoriza práticas de mortificação do sujeito com finalidade espiritual. Nesse contexto, os membros para além da fé, envolvem exercícios ascéticos que podem ser orientados ou mesmo prescritos pela autoridade dirigente, como jejuns, penitências, votos, práticas de disciplina corporal, confissão dos pecados, além de mudanças no vestuário e no modo de falar. Ademais, se sustentam a ideia de que “o caminho para Deus passa pela ascese”, conceito de João Cassiano (c. 360–435) que designa um conjunto de práticas voltadas ao autocontrole do corpo e do espírito, visando ao crescimento na busca da verdade, ao aperfeiçoamento segundo leis sagradas e à realização de um ideal (Benelli, 2014).

4 A ORDEM DAS CLARISSAS: HISTÓRIA, REGRAS E ESTILO DE VIDA

A Ordem das Clarissas figura entre as primeiras formas de vida religiosa em clausura reconhecidas pela Igreja Católica, tendo sido inicialmente denominada "Irmãs Pobres". Sua fundadora, Santa Clara de Assis — nascida Chiara d'Offreduccio em uma família nobre —, fez uma escolha que marcaria para sempre a história do monasticismo feminino: abriu mão da posição social privilegiada que lhe cabia por nascimento para dedicar a vida à vivência do Evangelho dentro de um convento de clausura. Dessa trajetória singular resultou também um feito histórico: Clara tornou-se a primeira mulher a ter escritos próprios aprovados pela Igreja Católica. Pouco antes de falecer, redigiu a “Forma de Vida” destinada às mulheres religiosas, documento fundamentado nos princípios evangélicos que, em 1253, recebeu aprovação oficial do Papa Inocêncio IV (Andrade, 2023).

A clausura apresenta-se como elemento fundamental para a compreensão da vida em conventos e mosteiros. Nesse contexto, a vida monástica configura-se como uma forma de evangelização vivida no interior dessas instituições, que se destacam historicamente como espaços pioneiros na vivência intensa da religiosidade, orientada pelas Sagradas Escrituras. Essa forma de vida não implica isolamento vazio, mas uma escolha orientada para o aprofundamento da fé, da interioridade e da busca de sentido, podendo ser compreendida, à luz da Logoterapia e Análise Existencial, como uma expressão da vontade de sentido, na qual o sujeito direciona sua existência a valores transcendentes. Assim, a vida monástica sintetiza a experiência do *ora et labora* (oração e trabalho), que juntos constroem sentido de vida nos meios religiosos (Redentoristas, 2024).

Dispostos a seguir um caminho de transcendência, foi nesse horizonte que a relação entre Santa Clara e São Francisco de Assis tornou-se determinante para a constituição da Ordem. A amizade entre os dois santos influenciou diretamente os fundamentos da vida claríssima, cujos votos — entendidos como as leis que regem a vivência da comunidade religiosa — foram moldados a partir da tradição franciscana: obediência, pobreza e castidade (Costa Junior, 2009).

De forma mais específica, o voto de obediência, cuja raiz latina *ob-audire* remete ao ato de escutar atentamente, não se resume à submissão hierárquica, mas pressupõe uma disposição interior de acolher a vontade de Deus tal como ela se manifesta nas Escrituras, na oração e nas orientações dos superiores — um exercício

contínuo de desprendimento do próprio ego. Já a pobreza, vivida de forma voluntária, não equivale à miséria, mas à recusa do acúmulo e do consumismo: trata-se de não possuir nada como próprio, confiando na providência divina e partilhando com os irmãos o que se tem. Por fim, a castidade não se reduz à abstinência sexual, mas é compreendida pela Ordem como uma forma de amor universal — entrega livre e sem exclusividades, que permite amar a todos sem exigir posse ou retribuição (Costa Junior, 2009).

Além do estabelecimento dos votos fundamentais de obediência, pobreza e castidade, outro aspecto importante refere-se à clausura - entendida como um regime de separação que delimita, de forma física e simbólica, o espaço interno do mosteiro em relação ao mundo exterior. A entrada de pessoas é rigidamente controlada, e funções específicas, como a portaria, são regulamentadas com o objetivo de garantir a vigilância e a manutenção desse ambiente fechado. Normas previamente estabelecidas organizam a rotina diária, estruturada em torno da oração, do silêncio, do trabalho e da vida comunitária, reforçando um modo de existência voltado à contemplação e ao afastamento das influências externas (Acervo da Basílica de Santa Clara, 2025).

Ainda assim, quando recordamos a questão de renúncia de forma voluntária na clausura, pode-se questionar em que medida a decisão pela clausura é totalmente autônoma, considerando influências culturais, religiosas e sociais que atravessam o indivíduo. A internalização de valores e normas pode levar a escolhas que, embora percebidas como livres, estão profundamente condicionadas por contextos históricos e simbólicos, a vida em clausura apresenta características como isolamento do mundo externo, rotina rigidamente estruturada e regulação das práticas cotidianas. Esses elementos podem levantar questionamentos acerca da preservação da individualidade e da autonomia subjetiva ao longo do tempo (Lage; Oliveira, 2021).

Um outro elemento que merece destaque é que, antes do Concílio Vaticano II — reunião de autoridades eclesiásticas voltada à discussão de questões de fé, doutrina e moral —, a mudança de nome ao ingressar na vida religiosa era obrigatória. Após o Concílio, essa prática deixou de ser exigida, passando a ser opcional, no entanto, na Ordem das Clarissas, a adoção de um novo nome ainda persiste, fundamentada na compreensão de que o início de uma vocação religiosa é associado ao renascimento de uma vida dedicada inteiramente a Deus e às suas obras e de que o nome carrega significados profundos, relacionados ao sentido de

missão e à dimensão de transcendência (Departamento de Comunicação da CCB, 2021).

Na perspectiva da logoterapia, a mudança de nome pode ser compreendida como um ato carregado de sentido, pois o nome de consagração não é escolhido de forma individual, mas definido com a orientação das superioras do convento e apresentado à comunidade durante a profissão dos votos. Na Ordem das Clarissas, em geral, o novo nome é composto pelo nome Maria seguido do nome de um santo. É importante ressaltar que não há alteração no registro civil, tratando-se de uma prática simbólica; ainda assim, esse novo nome passa a representar uma escolha consciente de identidade, alinhada a um propósito maior no âmbito da Igreja Católica (Silva; Seide, 2021).

Assim, a clausura, para Clara de Assis, não representa uma renúncia, mas um projeto de vida coerente com sua busca de sentido. Esse movimento encontra ressonância na contemporaneidade: mulheres que hoje optam pela vida religiosa o fazem não apenas por tradição, mas como resposta a inquietações existenciais próprias de um mundo marcado pelo excesso de estímulos, pela pressão social e pela dificuldade de construir identidade. Encantadas pela experiência do amor de Cristo — compreendido como fonte de plenitude e horizonte de significado —, essas mulheres afirmam que a relação com o divino preenche o que outras formas de realização não alcançam.

Nesse sentido, a escolha pela clausura configura uma decisão radical de direcionamento existencial, em que espiritualidade e transcendência ressignificam a própria identidade, transformando uma condição ordinária na de "Esposa de Cristo". Mesmo no contexto contemporâneo, o convento conserva características que o aproximam de uma instituição total, na medida em que reorganiza profundamente o cotidiano, as relações e a subjetividade de quem o habita (Costa Junior, 2009).

5 “O CONTO DA AIA”: SOCIEDADE TOTALITÁRIA E SUBMISSÃO FEMININA

“O Conto da Aia” (*The Handmaid's Tale*) é um romance publicado em 1985 pela escritora canadense Margaret Atwood. A narrativa é conduzida por June Osborne, conhecida como Offred, uma mulher submetida ao regime totalitário da República de Gilead. A obra transita entre a ficção científica e a crítica social e política, projetando um futuro construído a partir de tendências reais — religiosas, conservadoras e autoritárias — da sociedade contemporânea. Atwood escreveu o livro durante a Guerra Fria, período marcado por regimes totalitários, avanços e retrocessos nos direitos das mulheres e pelo fortalecimento de movimentos religiosos conservadores.

Na ficção, a origem da República de Gilead parte de um golpe religioso extremista promovido por um grupo que se autointitulou "Filhos de Jacó", que substituiu a democracia norte-americana por uma teocracia autoritária, suspendendo direitos constitucionais e reorganizando toda a estrutura social com base em uma leitura seletiva e instrumental da Bíblia. Vale destacar que, esse processo se dá de forma gradual, quase imperceptível, onde a religião é usada como instrumento de poder, promovendo a perda de liberdade, identidade e autonomia dos indivíduos (Atwood, 1895).

A partir da ascensão desse regime autoritário, instaura-se uma rígida organização social na qual cada grupo recebe um papel específico, demarcado pelo tipo e pela cor das vestimentas. As "Aias" são as mulheres férteis, obrigadas a gerar filhos para a elite; as "Esposas" são as mulheres casadas com os comandantes, em geral estéreis; as "Marthas" respondem pelos serviços domésticos; e as "Tias" são encarregadas de treinar e controlar as Aias. As "Econoesposas", pertencentes às camadas mais baixas, acumulam múltiplas funções, ao passo que as "Não-mulheres" são enviadas às colônias para trabalhos forçados em condições insalubres. No universo masculino, uma hierarquia igualmente definida organiza comandantes, motoristas, "Olhos", soldados e comerciantes, sendo os homens os detentores do poder político, militar e religioso.

Em Gilead, o corpo feminino é reduzido a um recurso do Estado, controlado exclusivamente para fins reprodutivos. As mulheres, em especial as Aias, perdem toda autonomia sobre si mesmas, submetidas a um sistema que regula sua sexualidade, fertilidade e maternidade. A função biológica passa a ser o único critério de valor, revelando uma forma extrema de objetificação: o corpo deixa de ser expressão de

individualidade e torna-se instrumento político e social a serviço da manutenção do regime.

A violência simbólica, por sua vez, opera de maneira sutil, mas constante, fazendo com que a opressão pareça natural ou mesmo legítima. As Aias perdem seus nomes próprios e passam a adotar nomes de posse; as vestes vermelhas as identificam e as reduzem à sua função reprodutiva; a linguagem religiosa justifica a submissão; saudações, respostas e conversas só são permitidas se dirigidas ao louvor a Deus; e a proibição da leitura reforça o apagamento da consciência crítica, impedindo que as mulheres conheçam a realidade em que estão inseridas. Essa violência age sobre a subjetividade de modo que as próprias mulheres passam a aceitar seu papel como destino inevitável.

A violência física, por outro lado, é explícita e deliberada: castigos corporais, execuções públicas, mutilações, envio às Colônias — onde muitas não sobrevivem — e o estupro ritualizado da “Cerimônia”, legalmente instituído, mas realizado sem qualquer consentimento. Já a violência psicológica talvez seja a mais devastadora, por atingir diretamente a identidade e a subjetividade das mulheres. Ela se manifesta na vigilância constante, no isolamento social, no apagamento da memória e da história pessoal, na culpa e no medo internalizados e na separação forçada de filhos e famílias. As Aias vivem em estado permanente de ansiedade, aprendendo a manter uma postura fria diante de situações que as perturbam.

Essas práticas dialogam com os processos de desumanização descritos por Viktor Frankl, sobretudo no contexto do Holocausto, em que a violência sistemática — física e psicológica — visava à anulação do sujeito. Diferentemente da vida monástica, tais práticas são impostas de forma abusiva, revelando não um caminho de sentido, mas um processo de dominação.

Assim, a liberdade em Gilead é suprimida em múltiplos níveis: a liberdade física, com deslocamentos vigiados e ausência de autonomia sobre o próprio corpo; a liberdade de escolha, com casamentos, maternidade e sexualidade impostos; a liberdade de pensamento, em que o medo constante conduz à autocensura; e a liberdade jurídica, já que as mulheres não possuem direitos legais nem propriedade, ficando socialmente desamparadas na ausência de um homem que responda por elas. A ausência de liberdade transforma a vida em mera sobrevivência, esvaziando a existência de seu sentido pleno.

Esse processo não se dá de forma abrupta, mas por etapas, normalizando restrições progressivamente mais severas. Aos poucos, a população se adapta às novas imposições até que a perda de autonomia se torna total. A narrativa evidencia, assim, como regimes autoritários se consolidam não apenas pelo uso da força, mas, sobretudo, pela naturalização lenta e gradual da perda de direitos.

6 ESTILOS DE VIDA À LUZ DA LOGOTERAPIA E DA ANÁLISE EXISTENCIAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE “O CONTO DA AIA” E A ORDEM DAS CLARISSAS

O exame dos estilos de vida, à luz da Logoterapia e da Análise Existencial, possibilita compreender como diferentes formas de organização da existência humana se estruturam em torno da busca de sentido. Nesse contexto, propõe-se uma análise comparativa entre a obra “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood, e a Ordem das Clarissas, evidenciando aproximações e distanciamentos entre uma realidade ficcional marcada pela imposição e uma vivência religiosa fundamentada na escolha e na transcendência. Tal comparação permite refletir sobre liberdade, responsabilidade e construção de identidade, elementos centrais para a compreensão do sentido da vida em diferentes contextos sociais e existenciais.

Quando analisado à luz da Logoterapia, o sentido de vida revela diferenças profundas entre a narrativa de *“O Conto da Aia*” e a vivência da Ordem das Clarissas. Embora ambas partam de uma premissa religiosa semelhante — a de que o distanciamento da sociedade e dos "desejos da carne" aproxima o sujeito do Divino —, o que as distingue é a natureza desse afastamento. Em Gilead, ele é imposto; na Ordem das Clarissas, é fruto de uma escolha voluntária, pautada em valores espirituais e atravessada de sentido existencial. É justamente essa distinção que torna a renúncia das Clarissas não um esvaziamento, mas uma forma de plenitude.

Na obra de Atwood, o sentido de vida é sistematicamente ameaçado por um regime totalitário que reduz as mulheres à função reprodutiva. As Aias vivem sob imposição — suas escolhas, desejos e projetos são anulados —, o que engendra um profundo vazio existencial. Ainda assim, sob a perspectiva de Viktor Frankl, mesmo em contextos extremos o ser humano conserva a possibilidade de encontrar sentido, ainda que mínimo, por meio de atitudes internas como a esperança, a memória e a resistência silenciosa. Esse sentido não é oferecido pelo sistema, mas construído subjetivamente em meio à opressão: muitas Aias se sustentam na expectativa de um dia retornarem às suas famílias, à sua nacionalidade, à sua vida — e é essa esperança que as mantém de pé. Parafraseando Nietzsche, "quem tem um porquê enfrenta qualquer como": é o porquê da resistência que atravessa e sustenta a existência das personagens diante do regime que as aprisiona (Santos, 2016).

Na Ordem das Clarissas, por outro lado, o sentido de vida está profundamente ligado a uma escolha consciente e livre de dedicação a Deus. A clausura, os votos e as práticas ascéticas não são vividos como anulação da existência, mas como caminhos para a realização de um propósito maior, fundamentado na transcendência, na espiritualidade e no serviço. O sentido aqui não é imposto — é buscado e afirmado a cada dia, por meio da fé, da vida comunitária e da renúncia voluntária.

Essa distinção entre limitação imposta e renúncia escolhida conduz à reflexão frankliniana sobre as possibilidades de sentido e os riscos de desumanização. Quando a liberdade interior é cerceada — como ocorre com as Aias em Gilead —, o sujeito encontra dificuldades para atribuir significado à própria experiência, e o sentido se torna escasso. Ainda assim, ele não desaparece por completo: muitas Aias se agarram ao desejo de reencontrar suas famílias e seus lares, e é essa esperança — por menor que seja — que preserva nelas algum fio de sentido.

Já na renúncia escolhida, como na vida de clausura, as restrições existem, mas as possibilidades de construção de sentido permanecem abertas. Isso porque o indivíduo que escolhe voluntariamente esse modo de vida mantém ativa sua dimensão espiritual e sua capacidade de significar a própria existência. O silêncio, a oração e a vida comunitária deixam, assim, de ser mecanismos de controle e passam a constituir vias genuínas de realização pessoal e transcendência.

Dessa forma, a diferença reside na maneira como a experiência é vivida: enquanto a imposição pode conduzir à desumanização, a escolha consciente, orientada por valores, pode preservar — e até aprofundar — a humanidade do sujeito, mesmo em contextos marcados por disciplina e restrição. É importante destacar que a vontade de sentido influencia a capacidade do sujeito em ressignificar os sofrimentos, assim como Frankl, que — mesmo diante da brutalidade dos campos de concentração — foi capaz de ressignificar o próprio sofrimento, enquanto muitos de seus companheiros de cativeiro sucumbiram ao desespero por não encontrarem o mesmo caminho.

Nessa perspectiva, retomando os conceitos de liberdade, responsabilidade e sentido da tríade frankliana, quando comparada a história de “*O Conto da Aia”*, as mulheres de Gilead buscam manter uma centelha de subjetividade dentro da opressão; já Clara de Assis encontra no despojamento uma forma de plenitude. Ambas respondem existencialmente às suas condições, mas de lugares radicalmente diferentes.

O conceito de “mortificação do eu” também é um eixo temático presente tanto na dinâmica da Ordem das Clarissas quanto na narrativa de “O Conto da Aia”, embora se manifeste sob fundamentos e finalidades distintas. No contexto das Clarissas, a renúncia ao eu está associada a uma escolha voluntária de desapego às vontades individuais, bens materiais e determinados aspectos da identidade secular, orientando-se para uma vida de oração, pobreza, obediência e contemplação. Tal processo é compreendido como exercício ascético voltado ao crescimento espiritual e à busca de união com Deus.

Em contrapartida, na obra de Margaret Atwood, a mortificação do eu ocorre de maneira coercitiva e violenta. As Aias são submetidas a um sistema totalitário que anula sua individualidade por meio da padronização dos corpos, supressão de direitos, restrição da linguagem, mudança de nomes e controle absoluto sobre a sexualidade e a reprodução. Nesse cenário, a perda da identidade não representa um caminho livremente escolhido em direção à transcendência, mas uma estratégia de dominação política e social.

Sob a perspectiva de Erving Goffman (2001), ambos os contextos apresentam mecanismos de reorganização da identidade e de adaptação a normas coletivas; contudo, diferenciam-se substancialmente pela dimensão da liberdade. Enquanto na vida religiosa a mortificação do eu se ancora em uma adesão consciente a valores espirituais, em Gilead ela é imposta como instrumento de submissão e apagamento subjetivo. Essa análise comparativa evidencia que práticas externamente semelhantes podem adquirir significados existenciais radicalmente distintos conforme a presença — ou ausência — de liberdade e sentido.

É o sentido, em última instância, o elemento que diferencia as duas experiências e ocupa o núcleo da perspectiva frankliana. Retomando Nietzsche, quem tem um porquê para viver suporta quase todos os comos — e é exatamente isso o que separa as Aias das Clarissas. Para as primeiras, o porquê é imposto: o corpo é reduzido a instrumento do Estado, e o sentido, quando existe, é alienado, fabricado por uma estrutura que não deixa margem para a escolha. Para as segundas, o porquê é assumido — nasce do desejo de transcendência e de aproximação com o Divino, e é sustentado por uma decisão interior que nenhuma regra externa pode substituir. Ambas habitam estruturas rígidas, mas o que as distingue não é a rigidez em si, e sim o que Frankl chamaria de liberdade interior: a

capacidade de atribuir sentido à própria existência mesmo dentro de limites que o mundo impõe.

Essa distinção se estende, por fim, à forma como os valores atitudinais se expressam em cada contexto. Em “O Conto da Aia”, eles emergem nos vínculos afetivos e na solidariedade silenciosa entre alguns personagens — gestos discretos de resistência emocional que preservam a dignidade humana onde a estrutura tudo faz para apagá-la. Na Ordem das Clarissas, manifestam-se na capacidade de assumir uma postura de sentido diante das exigências da vida religiosa, de modo que o sacrifício deixa de ser vivido como privação e passa a ser compreendido como caminho de aproximação com Deus. Em ambos os casos, é na resposta interior diante do que não se pode mudar que a dimensão humana mais profunda se revela — e é precisamente aí que Frankl reconheceria o exercício mais radical da liberdade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que, embora inseridos em contextos radicalmente distintos, os modos de vida retratados em “O Conto da Aia” e na Ordem das Clarissas apresentam elementos estruturais convergentes, especialmente no que se refere à disciplina dos corpos, à regulação dos comportamentos e à construção de identidades femininas orientadas por normas coletivas. Contudo, tais aproximações não significam equivalência de sentido ou de experiência, uma vez que as condições históricas, sociais e subjetivas que sustentam cada realidade são profundamente distintas.

A análise comparativa permitiu compreender como diferentes contextos institucionais moldam a subjetividade e influenciam as possibilidades de escolha dos indivíduos. Em Gilead, as restrições são impostas por um regime totalitário que reduz a autonomia pessoal e instrumentaliza os sujeitos em função de interesses ideológicos. Em contrapartida, na vida clariana, as renúncias e os compromissos assumidos decorrem de uma escolha vocacional fundamentada em valores espirituais, convicções pessoais e em uma determinada compreensão de realização existencial. Assim, embora ambos os contextos envolvam limites, regras e renúncias, o significado atribuído a essas experiências distingue substancialmente uma realidade da outra.

À luz da Logoterapia e da Análise Existencial de Viktor Frankl, foi possível compreender que o sofrimento, a privação e as restrições impostas pelas circunstâncias não conduzem necessariamente ao vazio existencial. O elemento decisivo reside na capacidade humana de atribuir sentido às experiências vividas, mesmo diante das condições mais adversas. Nessa perspectiva, o sentido da vida revelou-se tanto como instrumento de resistência frente à opressão e à perda da liberdade quanto como fundamento para escolhas voluntárias orientadas por valores, propósitos e convicções pessoais.

Nesse contexto, a liberdade interior, conceito central da teoria frankliana, mostrou-se fundamental para diferenciar a submissão coercitiva da entrega consciente a um projeto de vida livremente assumido. Trata-se da dimensão humana que permite ao indivíduo posicionar-se diante das circunstâncias, conferindo significado à própria existência e preservando sua dignidade mesmo quando as condições externas são limitadoras.

Ao promover um diálogo entre literatura, religiosidade e psicologia existencial, este estudo contribui para ampliar as reflexões acerca da liberdade, da responsabilidade, do sofrimento e da busca de sentido na experiência humana. Além disso, reforça a relevância da dimensão espiritual e dos valores existenciais para a compreensão da subjetividade, oferecendo subsídios para uma prática psicológica mais sensível às diferentes formas pelas quais os indivíduos constroem significados ao longo de suas trajetórias de vida.

Por fim, reconhece-se que a comparação entre uma obra de ficção e uma instituição religiosa real demanda cautela analítica, em razão das especificidades históricas, culturais e sociais que caracterizam cada contexto. Entretanto, foi justamente essa aproximação contrastiva que possibilitou evidenciar diferentes modos de organização, regulação e significação das experiências femininas. Como perspectiva para futuras investigações, sugere-se o aprofundamento de estudos que articulem a Logoterapia com temas relacionados à espiritualidade, às instituições sociais, às relações de poder e aos processos de construção identitária, campos que permanecem férteis para o desenvolvimento de novas reflexões no âmbito da Psicologia.

REFERÊNCIAS

ACERVO DA BASÍLICA DE SANTA CLARA, 2025. Vida Clariana. ***Regra de Santa Clara*****.** Disponível em: https://www.vidaclariana.com.br/p/regra-de-santa-clara.html. Acesso em: 20 nov. 2025.

ANDRADE, Adriano, 2023. **Conheça a história de Santa Clara de Assis, padroeira da televisão.** (s. d.). Com.br. Recuperado 6 de abril de 2026, de https://saofranciscovilaassis.com.br/conheca-a-historia-de-santa-clara-de-assis-padroeira-da-televisao/.

ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Toronto: McClelland and Stewart, 1985.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENELLI, Silvio José. Goffman e as instituições totais em análise. *In:* BENELLI, Silvio José**.** ***A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*****.** São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 23-62. Disponível em: https://backoffice.books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-03.pdf. Acesso em: 12 nov. de 2025.

COSTA JÚNIOR, João Paulo, 2009. "FRATELLO SOLE, SORELLA LUNA". **Carisma franciscano e os votos dos consagrados.** Disponível em: https://neofranciscanos.wordpress.com/2009/10/24/carisma-franciscano-e-os-votos-dos-consagrados/ Acesso em: 20 jan. 2026.

Departamento de Comunicação da CCB, 2021. CAPUCHINHOS. **A Ordem de Santa Clara, uma breve história.** Disponível em: https://www.capuchinhos.org.br/blog/a-ordem-de-santa-clara-uma-breve-historia. Acesso em: 20 nov. 2025.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, mar./abr. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq/?lang=pt. Acesso em 18 de mar de 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FONSECA, Efigenia Vaz de Medeiros et al. As faces do vazio existencial na modernidade líquida: uma aproximação conceitual. ***Revista FT*****,** v. 28, Edição 133, abr. 2024. Disponível em: https://revistaft.com.br/as-faces-do-vazio-existencial-na-modernidade-liquida-uma-aproximacao-conceitual/. Acesso em: 12 jan. 2026. doi:10.5281/zenodo.11059559.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido.** São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Sulina, 2008.

FRANKL, V. E. **Psicoterapia e sentido da vida.** 5. ed. São Paulo: Quadrante, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

JUNIOR, Achilles Gonçalves Coelho; MAHFOUD, Miguel. As dimensões espiritual e religiosa da experiência humana: Distinções e inter-relações na obra de Viktor Frankl. **Psicol. USP 12** (2) • 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/GQ7DMFpSP8fs5rbpy8NXGFS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 19 de out. de 2025.

LAGE, Ana Cristina Pereira; OLIVEIRA, Terezinha. Ignez é morta: reflexões acerca da clausura para as Irmãs clarissas (séculos XIII ao XVIII) - **Rev. Estud. Fem.** vol.29 no.2 Florianópolis maio/ago 2021 Epub 01-Maio-2021, Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x2021000200205 Acesso em 21 de jan de 2026.

LIMA NETO, Valdir Barbosa. A espiritualidade em logoterapia e análise existencial: o espírito em uma perspectiva fenomenológica e existencial. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 19, n. 2, dez. 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000200010. Acesso em: 12 jan. 2026.

MÊLO, Juliana Valeria de; MENESES, Kátia Vanessa Pinto de; VIEIRA, Renata Ribas. Valores criativos, vivenciais e atitudinais realizados por pessoas com lesão medular. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 17, 2025. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912025000100601. Acesso em: 14 jan. 2026. doi:10.26823/rnufen.v17i1.24724.

MOREIRA, Neir; HOLANDA, Adriano. Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 15, n. 3, p. 345-356, set./dez. 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-82712010000300008. Disponível em: SciELO. Acesso em: 19 de out. de 2025.

OLIVEIRA, Thomas Anselmo; VIANA, Teixeira de Sousa Viana. A noodinâmica como tensão necessária para a confrontação dos valores em um mundo repleto de sentidos. **Revista Científica e Acadêmica da Logoterapia (RCALS)**, v. 1, n. 1, 2024. Acesso em 14 jan de 2026.

REDENTORISTA, 2024. **REDAÇÃO A12.** *O que é a vida em clausura ou a vida monástica?* Disponível em: https://www.a12.com/redentoristas/noticias/o-que-e-a-vida-em-clausura-ou-a-vida-monastica**.** Acesso em: 19 out. 2025.

RIBEIRO, João da Silva; ALMEIDA, Maria Fernandes de. **Constituição e garantia de direitos:** análise crítica das políticas públicas. Constituição e Garantia de Direitos, Natal, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/36002. Acesso em 16 jan. de 2026

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Tomo I. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

SANTOS, David Moises Barreto dos. Logoterapia: compreendendo a teoria através de mapa de conceitos. **Arq. bras. psicol**., Rio de Janeiro, v. 68, n. 2, p. 128–142, ago. 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2025.

SILVA, Maria do Carmo Andrade; SEIDE, Márcia Sipavicius. Prenomes cristãos: constituição, etimologia, motivação para a escolha antroponímica e conhecimento onomástico. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 49-76, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/54035 Acesso em: 19 out. 2025.